

**Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção -
PPGEP**

**O GRAU DE MATURIDADE DO SISTEMA ELETRÔNICO
DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS FEDERAL BRASILEIRO: UMA
AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA, JURÍDICA E
INSTITUCIONAL.**

Objetivo Geral

Analisar o grau de maturidade do sistema eletrônico de aquisições públicas federal brasileiro considerando suas funcionalidades tecnológicas e institucionais.

Aspectos Legais

Legislação	Descrição
Lei nº 14.333/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em vigor, porém a sua plena utilização se dará a partir de 01 de abril de 2023.	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Lei nº 8.666/1993 – Ainda em vigor, também é utilizada para regulamentar licitações e contratações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019	Regulamenta os novos procedimentos para realização do pregão eletrônico nas aquisições de bens e contratações de serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, bem como dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022	Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, no âmbito da administração pública
Instrução normativa nº 5, de 25 de maio de 2017	Fala sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019	Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.
Portaria seges/me nº 8.678, de 19 de julho de 2021	Trata da governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021	Trata dos princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e aumento da eficiência pública.



Módulos de Contratação



Pregão

Sistema de Pregão de Compras



Divulgação de Compras

Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras



Cotação / Dispensa

Sistema de Cotação / Dispensa Eletrônica



Gestão da Ata SRP

Gestão de Ata de Registro de Preços



IRP

Intenção de Registro de Preços



SCP

Sistema de Cartão de Pagamento do Governo Federal



Divulgação de Compras RDC

Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras

Registro dos Contratos e empenhos



Compras.gov.br Contratos

Sistema de Contratos

Consulta das aquisições públicas



Painel de Compras

Painel de Compras do Governo Federal

Planejamento da Contratação



Painel de Preços

Painel de Preços do Governo Federal



Gestão de Riscos

Sistema de Gestão de Riscos



Materiais e Serviços

Catálogo de Materiais e Serviços



PGC 2023

Planejamento e Gerenciamento de Contratações



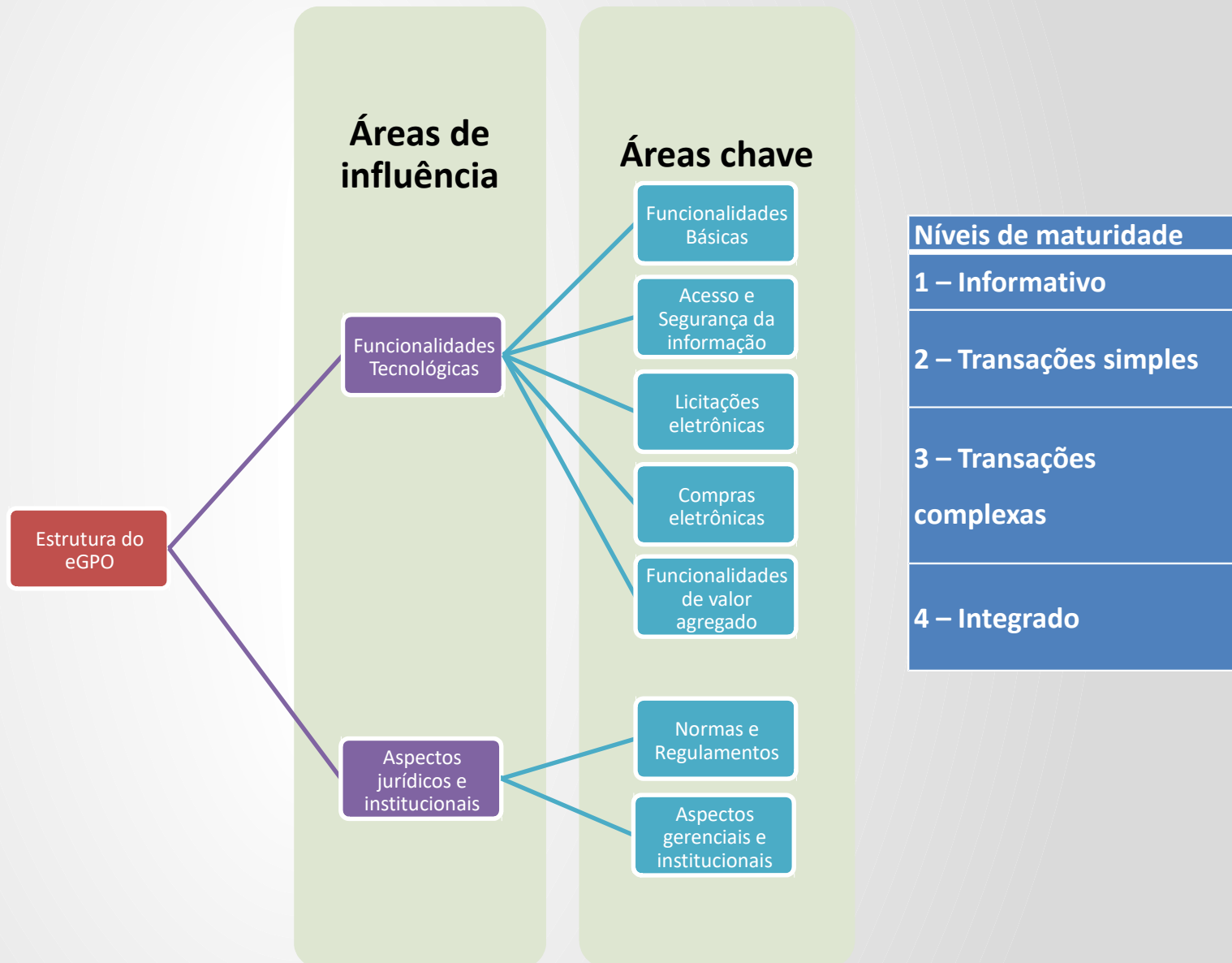
ETP

Estudo Técnico Preliminar

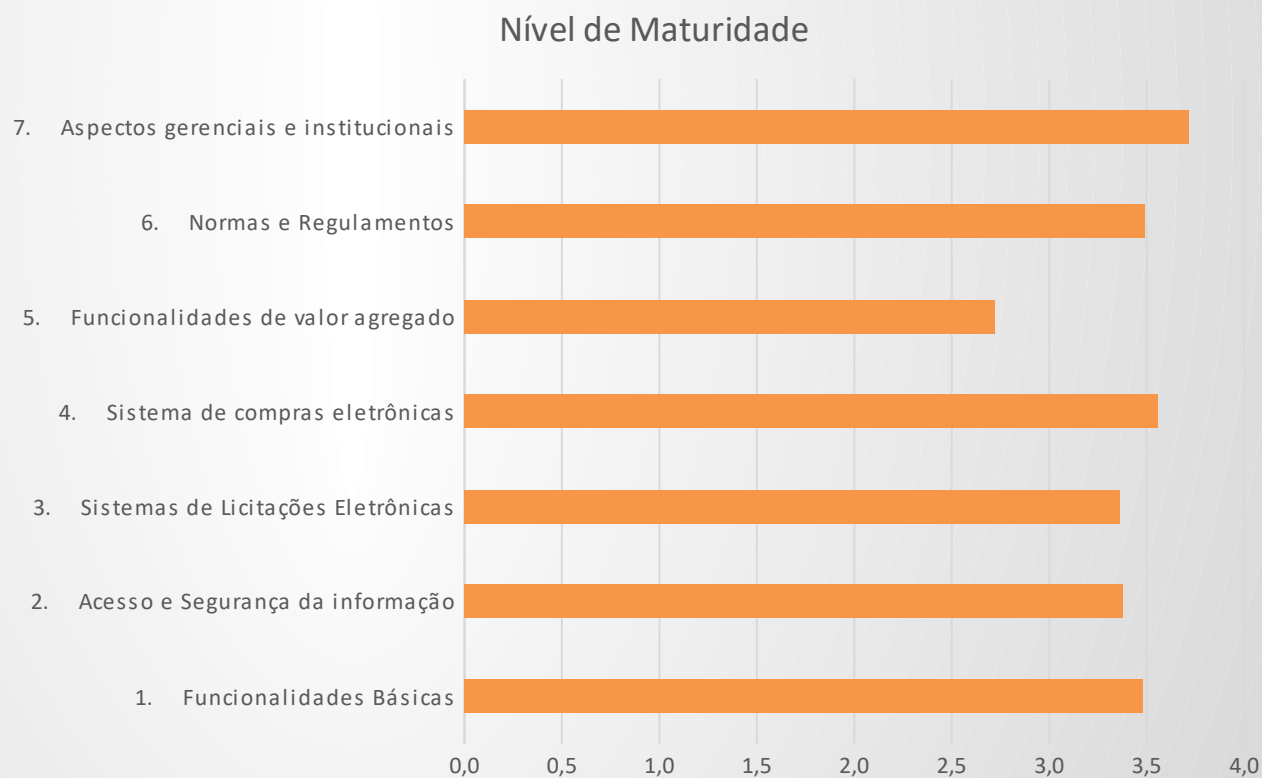


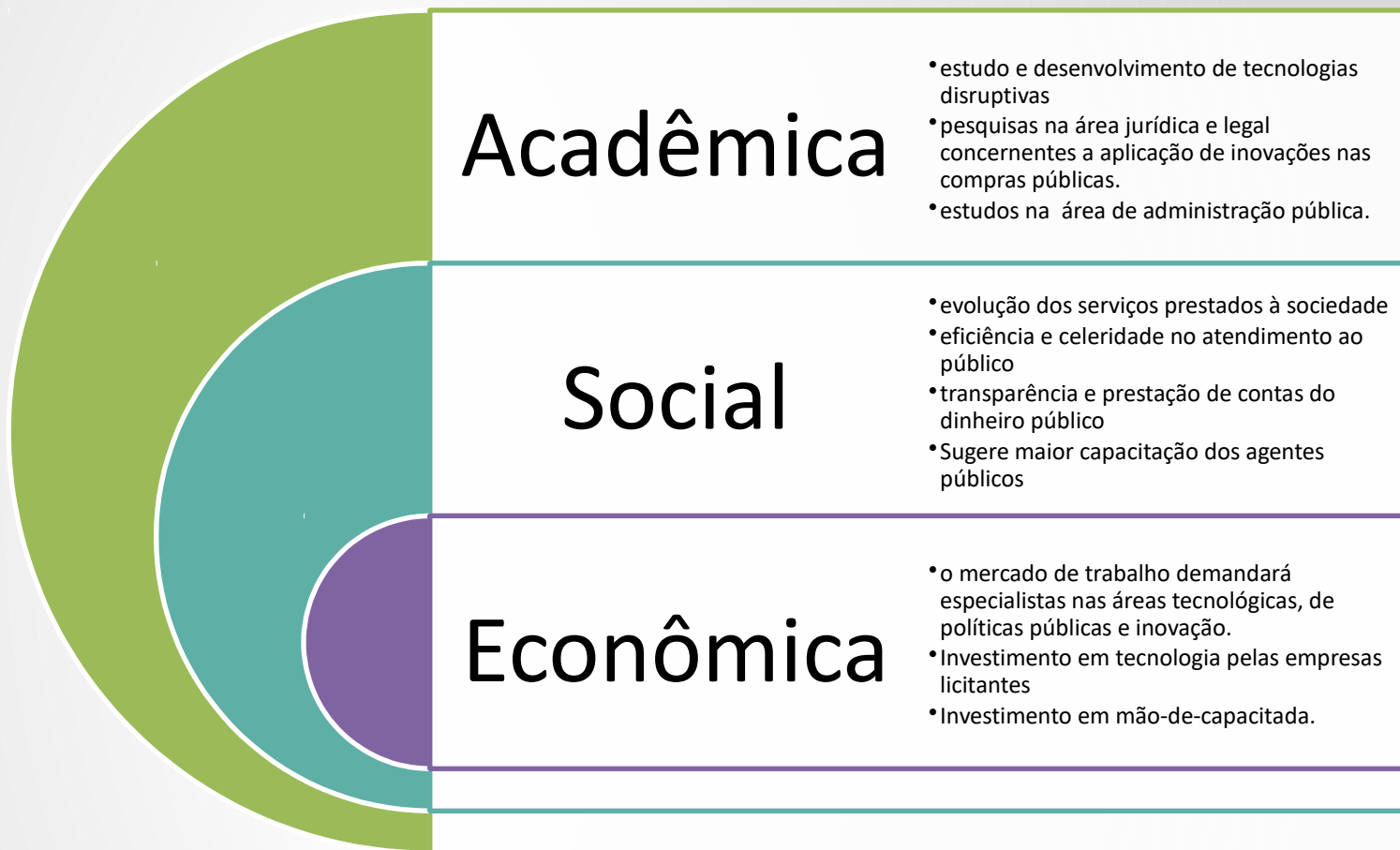
Elaboração de DFDs

Modelo de maturidade eGPO-MM (*e- Government Procurement Observatory maturity model*)



Funcionalidades	Nível de Maturidade avaliado
1. Funcionalidades Básicas	3,5
2. Acesso e Segurança da informação	3,4
3. Sistemas de Licitações Eletrônicas	3,4
4. Sistema de compras eletrônicas	3,6
5. Funcionalidades de valor agregado	2,7
6. Normas e Regulamentos	3,5
7. Aspectos gerenciais e institucionais	3,7





Agradecimentos

À Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Ao Orientador: Professor Ricardo Jorge.

Ao Programa de pós-graduação em Engenharia da Produção –
PPGEP / UFAM.